

Anais da Assembléia

CURITIBA, 7 E 8 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quilse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quilse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quilse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

Ata da 62.ª Sessão Ordinária

Realizada em 7 de Maio de 1973 - (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Junior — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes. (37); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Alvaro Dias — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Fuad Nacli — Igo Losso — João Fadel — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte E X P E D I E N T E :

MENSAGEM:

MENSAGEM 47-73

Curitiba, 2 de maio de 1973

Senhor Presidente:

Tendo em vista a recente conclusão de novos estudos complementadores das normas pertinentes ao Código de Vencimentos dos Integrantes da Polícia Militar do Estado, já encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa através da Mensagem Governamental n.º 44-73, de 18 de abril de 1973, e, considerando-se a possibilidade de tais estudos poderem ainda figurar no texto do diploma legal básico, tenho a honra de aditar a referida Mensagem, a fim de que, ao anteprojeto de lei por ela encaminhado seja introduzidas as seguintes modificações:

I) — Alterar a redação do art. 52, para:

“Art. 52 — O valor da indenização de moradia é de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o soldo para os Policiais Militares que tenham encargos de família, e de 8% (oito por cento) para os demais.

§ 1.º — “Encargos de família”, para os fins deste artigo, são os dependentes do Policial Militar na forma do disposto no artigo 110 e seu parágrafo.

§ 2.º — Suspende-se temporariamente o direito do Policial Militar à indenização de moradia enquanto se encontra em uma das situações previstas no artigo 6.º desta lei”;

II) — Alterar a redação do art. 53, para:

“Art. 53. — Quando o Policial Militar, com encargos de família, ocupar imóvel sob a responsabilidade da Corporação, o quantitativo correspondente à indenização de moradia será sacado pela Organização Policial Militar competente e recolhido à Polícia Militar para atender a construção e conservação de residências para o pessoal.

Parágrafo único. O Policial Militar, sem encargos de família, que ocupar imóvel sob a responsabilidade da Corporação, não terá direito a indenização de moradia”;

III) — Alterar a redação do art. 54, para:

“Art. 54. — Quando o Policial Militar, com ou sem encargos de família, ocupar imóvel sob a responsabilidade de outros órgãos oficiais, o quantitativo sacado na forma do artigo anterior terá o seguinte destino:

1) — O correspondente ao aluguel será recolhido ao órgão responsável pelo imóvel; e

2) — o saldo, se houver, será empregado na forma estabelecida no artigo anterior”;

IV) — Alterar a redação do Art. 113, para:

“Art. 113 — O valor do soldo do posto de Coronel da Polícia Militar será fixado em dispositivo de lei específico, a vigorar a partir da data da vigência da próxima lei de reajustamento geral do Funcionalismo Estadual”.

V) — Alterar a redação do art. 115, para:

“Art. 115. — Os atuais Alunos da Escola de Formação de Oficiais que, em razão da vigência desta lei, passarem a fazer jus a vencimentos totais inferiores aos que vinham recebendo, terão direito ao complemento da diferença encontrada.

§ 1.º — O complemento de que trata este artigo decrescerá progressivamente, até sua completa extinção, em razão dos futuros reajustamentos de soldo, promoção ou nas novas condições alcançadas.

§ 2.º — Estas disposições se aplicam aos Soldados de 2.ª Classe (Recrutas) que estiverem nessa situação na data da vigência desta lei”.

VI) — Suprimir o art. 118 e acrescentar, pela ordem abaixo, os seguintes dispositivos:

Título IX

Da Tabela de Escalonamento Vertical

“Art. 118 — A tabela de escalonamento vertical, a que alude o artigo 107, é a seguinte:

I — Oficiais Superiores:

a) Coronel PM	índice 100
b) Tenente - Coronel PM	índice 89
c) Major PM	índice 73

II — Oficiais Intermediários:	
Capitão PM	índice 68

III — Oficiais Subalternos:	
a) Primeiro - Tenente PM	índice 58
b) Segundo - Tenente PM	índice 51

IV — Praças Especiais:	
a) Aspirante-a-Oficial PM	índice 45
b) Aluno do 3.º ano da Escola de Formação de Oficiais ..	índice 15
c) Aluno do 2.º ano da Escola de Formação de Oficiais ..	índice 14
d) Aluno do 1.º ano da Escola de Formação de Oficiais ..	índice 13

V — Praças:	
a) Subtenente PM	índice 37
b) Primeiro-Sargento PM	índice 33
c) Segundo-Sargento PM	índice 31
d) Terceiro-Sargento PM	índice 29
e) Cabo PM	índice 23
f) Soldado PM 1.ª Classe	índice 21
g) Soldado PM 2.ª Classe	índice 17

Art. 119. — Ficam revogados os dispositivos referentes a remuneração, constantes da lei n.º 1.943, de 23 de junho de 1954, bem como a lei n.º 5.475, de 17 de janeiro de 1967, a lei n.º 5.611, de 9 de agosto de 1967, a lei n.º 5.917, de 1.º de dezembro de 1969 e demais disposições em contrário.

Art. 120. — Esta lei entrará em vigor a partir da data da vigência da próxima lei de reajustamento geral do Funcionalismo Estadual”.

Certo de que a proposição ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIO:

Sob o n.º 80-73, do Senhor Prefeito Municipal de São João do Triunfo, no qual acusa o recebimento do ofício expedido por esta Casa e congratula-se com a nova Mesa Executiva deste Poder. Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento em nossa Capital, do Senhor Professor José Rodrigues Vieira Netto, ocorrido no dia 5 do corrente mes, sendo o mesmo pessoa de destaque nos meios jurídicos de nosso Estado, ocupando as relevantes funções de: ex-constituente do Paraná em 1946, ex-Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná, ex-Membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, sendo um dos mais notáveis advogados do Paraná, Requer ainda, seja dada ciência à família enlutada e à Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

Usando de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que ao final subscreve requer, ouvido o Plenário, registre-se em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-membro desta Assembléia Legislativa, professor e advogado emérito, Doutor José Rodrigues Vieira Netto.

Requer, também, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

Como é de praxe nesta Casa, na oportunidade de luto pelo falecimento de ex-membros, requer o Deputado que adiante assina, com audiência do Plenário, sejam suspensos os trabalhos legislativos de hoje, suspendendo-se a presente Sessão, em preito de homenagem ao ex-parlamentar José Rodrigues Vieira Netto, personalidade de destaque em nossos meios acadêmicos e forenses, como professor e advogado emérito que foi.

Requer ainda, aprovada a proposição, dê-se de seu conteúdo ciência aos familiares do homenageado.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a mesa, Requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Cândido Martins de Oliveira, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor José Rodrigues Vieira Netto. Em votação os Requerimentos. Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando a suspensão dos trabalhos legislativos de hoje, num preito de homenagem ao ex-Deputado José Rodrigues Vieira Netto. Em votação o Requerimento. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, à Hora Regimental, com a mesma

ORDEM DO DIA da Sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 63.^a Sessão Ordinária
Realizada em 8 de Maio de 1973 - (3.^a-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e David Federmann.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizore Araújo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nachi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Marcelino Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quiêse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (45); achando-se ausentes os Srs. Deputados Luiz Roberto Soares e Sebastião Rodrigues Júnior. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 33-73.
- de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 61-73.
- de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 46-73.
- de autoria do Senhor Deputado David Federmann, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 211-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos de hoje, votos de aplausos ao Departamento Feminino da Sociedade Thalia, pela justa homenagem que aquele Departamento pretende prestar à Primeira Dama do Estado Dona Egypcialinda Velozzo.

Julgamos muito justa e oportuna a referida homenagem face às suas atividades filantrópicas, em 1972, como a Feira das Bandeiras, por exemplo. Requer, outrossim, uma vez aprovado este Requerimento se dê ciência à homenagem assim como a Direção da Sociedade Thalia.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

Os funcionários públicos federais recebem assistência médica, dentária e outras através do IPASE, órgão esse que em nosso Estado funciona somente na Capital. Entretanto, há um sem número deles lotados em localidades do interior e quando ocorre necessitar o funcionário ou membro de sua família de tal assistência tem que se deslocar até Curitiba para isso. Ora, é de todo sabido que o simples fato da locomoção de um Município para outro já acarreta grandes problemas, mormente de ordem financeira, sem falar-se do alojamento quando necessária uma estada maior. Como o IPE conta com agências e serviços assistenciais em quase todo o interior do Estado, poderia através de um Convênio com o IPASE, passar a atender a esses funcionários.

Sensibilizados com o aflitivo problema e sabendo necessária uma breve e sobretudo viável solução, solicitamos que V.Exa. ao acolher a presente proposição se digne enviar uma cópia do seu inteiro teor ao Senhor Delegado do IPASE em Curitiba, Doutor João Baptista Rodrigues Dias e ao Senhor Superintendente do IPE, Doutor João Batista Cobbe, a fim de transmitir o apelo desta Assembleia para que sejam feitos estudos imediatos no sentido de firmar-se Convênio entre os dois Órgãos, para a prestação de assistência médica hospitalar e dentária aos funcionários públicos federais, por parte de Agências do IPE sediadas no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) David Federmann

Requerimento

Senhor Presidente:

Há seguras informações de que a Comissão de Planejamento e Controle do ICM — órgão assessor da Secretaria da Fazenda — debateu em sua reunião de hoje, em profundidade, a extinção do sistema de lançamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias pelo método da estimativa do movimento econômico do contribuinte. Consta, também, que a partir desse estudo, a Comissão Técnica está tendente a encaminhar à Secretaria da Fazenda a minuta de Instrução através de cuja assinatura seria definitivamente abolido o sistema de tributação que, na prática, revelou-se aleatório e injusto.

De um lado, queixam-se pequenos comerciantes que se julgam super-tributados, com estimativas em exagero dos seus movimentos de vendas. Embora creditem-se as diferenças, no final do exercício, acusam o fisco estadual de privá-los dos meios de giro essenciais ao crescimento da atividade. De outro lado, admite-se a hipótese de existirem contribuintes sub-tributados, que, agora, graças a estimativas irreais para menos, girem com dinheiro que deveria ser recolhido aos cofres públicos sem o ônus de quaisquer juros.

Em ambas hipóteses o sistema de estimativa caracteriza-se pela irrealidade. Isto posto, requer o Deputado que adiante subscreve, encaminhe esta Assembleia expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Negócios da

Fazenda, Doutor Maurício Schulman, contendo apelo, para que promova o mais brevemente possível a abolição do sistema de lançamento por estimativa, e aplauso antecipado pela medida, visto que a administração do Estado só se engrandece com a procura da verdade fiscal.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Secretário dos Transportes, no sentido de solicitar que Sua Excelência se digne determinar urgentes medidas para a reconstrução da ponte sobre o Rio da Varzea, ligando Tapa a Rio Negro, na localidade de Barra Grande, com 47 metros, que se encontra caída há mais de 30 dias.

Com a queda da ponte acima mencionada, a população da região, vem sofrendo enormes prejuízos, uma vez que estão sem possibilidade de deslocamento pessoal, bem como de transportar suas produções agrícola e pecuária para os centros consumidores, fazendo-se necessário a intervenção da Secretaria dos Transportes através de seu Departamento competente com o objetivo de solucionar com a devida urgência o grave problema focalizado no presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Jornal "O Estado do Paraná", em sua edição de ontem, dia 6, trouxe a público o que denominou "o alerta necessário", em editorial sob o título "Os bancos do Paraná". Destinado a alcançar a mais ampla repercussão em todos os setores da vida paranaense, principalmente nos meios financeiros econômicos e industriais, adverte o culto editorialista para o risco que corre o nosso Estado se aqui acontecer o que já houve em Santa Catarina e esteve na iminência de ocorrer no Rio Grande do Sul e Bahia, isto é a fusão de Bancos particulares paranaenses em outros organismos financeiros de fora do nosso Estado, com a transferência para além das nossas fronteiras dos seus comandos acionários e administrativos. A análise acurada e profunda das causas e consequências de tal fato para o Estado e sua economia, feita pelo editorial citado, coloca, uma vez mais o Jornal do Estado do Paraná como vanguardeiro na defesa dos interesses paranaenses e reclama a atenção deste Poder Legislativo.

Assim sendo, requeremos, após ouvido o Plenário, a transcrição do Editorial anexo nas Anais da Casa e que desta providência, seja dado conhecimento à direção do Jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Cândido Martins de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Virioto Parigot de Souza, formulando apelo para que Sua Exa. baixe Decreto isentando de frequência aos Funcionários de formação profissional liberal, médicos, odontólogos e advogados, que participarem do 1.^o Congresso Brasileiro de Criminologia a realizar-se de 21 a 27 de outubro vindouro em Londrina, sob a responsabilidade da Universidade de Londrina e com a colaboração do Instituto Oscar Freire de São Paulo.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA:

Londrina vai ser a sede de importante Congresso sobre criminalidade, no próximo mês de outubro. Os temas a serem estudados estão dentro da mais atual problemática com que se defronta o Estado dentro de sua função de promotor da paz e segurança da sociedade. Assim serão abordados: Criminalidade nos países em rápido desenvolvimento; Vitimologia; Toxicofilia e Criminalidade; O menor antisocial a cultura da violência; A Psicofarmacologia na criminalidade e Comunicação e Criminalidade.

É quase imperioso que os funcionários públicos qualificados seja dada a oportunidade de participarem de tal conclave. Dai o nosso apelo Senhor Governador, para que facilite o comparecimento dos que desejarem participar do Congresso.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Higino Corsetti, Ministro das Comunicações, no sentido de que aquela autoridade federal se digne instalar um Telex público na cidade de Londrina.

A falta de semelhante aparelho é imensa. Grandes empresas como a Cacique, jornais como a "Folha de Londrina", se ressentem deste moderno meio de comunicação e que é de tão fácil solução quanto à sua instalação. Segundo teria dito o diretor da Embratel, o telex em Londrina teria adiada a sua instalação por problemas burocráticos. (aquisição de terreno) e que, Maringá talvez possuísse o seu primeiro.

Ora, Senhor Presidente, se aquele Município necessita desta aparelhagem, Londrina muito mais pelo maior volume de transações comerciais, é inadmissível que a Capital do Café fique sem essa conquista moderna da comunicação, razão pelo qual confiamos na aprovação do Plano em tela.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um expediente ao Conselho Nacional de Trânsito, COTRAN, sugerindo que o mesmo solicite as fábricas de veículos movidos a óleo cru, que coloquem a saída do cano de descarga no lado direito, assim como só permita o licenciamento desses veículos em circulação, desde que os mesmos satisfaçam o requisito acima mencionado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República General Emílio Garrastazú Médici e ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Dias Leite, formulando veemente apelo para ser instalado em Curitiba, escritório da administração da Empresa que se constituirá para a construção da Usina de Itaipu.

Outrossim, solicita também, que se apele no sentido de que seja indicado entre os membros da Diretoria da referida Empresa, um nome do Paraná, por ser um dos Estados da Federação que se destaca no setor de Energia Elétrica por intermédio da COPEL.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento feito pelo Ilustríssimo Senhor Doutor Elio Narezi, DD. Presidente da CAB-Pr, por ocasião do sepultamento do ilustre mestre de Direito, advogado e homem público paranaense Professor José Rodrigues Vieira Netto, publicado no Jornal "Gazeta do Povo", cujo recorte anexamos ao presente.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 37-73, com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Sobre o referido Projeto o Plenário já aprovou três (3) Requerimentos de urgência.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, professor Pedro Viriato Parigot de Souza, solicitando que Sua Excelência envie com urgência. Mensagem à esta Casa, concedendo imediato aumento de vencimentos para o funcionalismo público estadual.

Como se sabe, o Governo Federal já majorou os vencimentos de seu servidores, bem como elevou o salário mínimo, que sofreu acréscimo a partir do último dia primeiro.

Com a recente alta da gasolina e dos derivados do petróleo, os servidores públicos paranaenses estão levando grande desvantagem, pois os mínimos vencimentos que percebem ficaram desvalorizados, havendo necessidade da elevação ser proposta imediatamente pelo chefe do Poder Executivo estadual, visando minorar o sofrimento da prestigiosa classe.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje o editorial do jornal "Diário Popular", publicado na edição desta data, intitulado: "Os Tecnocratas da Mentira".

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que a votação do Projeto de Lei n. 100-72 — Lei Orgânica dos Municípios, em 2a. discussão, se processe por títulos, conforme faculta o artigo 168 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Armando Queiroz

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 81-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1973.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade o abrigamento, alimentação, agasalho, educação sadia e religiosa, iniciar e desenvolver, aprimorar os desamparados, funcionando em forma de semi-internato, internato e externato, visando os mais modernos métodos da didática e pedagogia.

Nestas condições, apresentamos o presente Plano de Lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequentemente aprovação.

Projeto de Lei n. 82-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado doar ao Município de Amaporá, dois tratores de pneus, marca John Deere, modelo 730, série 7325946 e 7325947; ao Município de Joaquim Távora, dois (2) tratores de esteira, marca International, modelo TD-6, série 1279 e 1280, um (1) trator de pneus, marca John Deere, modelo 730, série 7325950 e um (1) trator de pneus,

marca Allis Chalmers, modelo D-14, série 23905; ao Município de Antonina, três (3) tratores de esteira, marca International, modelo TD-6, série 1042, 1044 e 1048, um (1) trator de pneus, marca John Deere, modelo 730, série 7325964 e dois (2) tratores de pneus, marca Allis Chalmers, modelo D-14, série 23902 e 23961, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, objeto do presente Plano de Lei, foram, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, colocados à disposição da Café do Paraná, no início de 1962. A Café do Paraná considerando que os tratores, pelas horas trabalhadas e pelos anos de uso, já haviam ultrapassado o período de vida útil, tornando-se anti-econômicos para a Empresa, os devolveu à Secretaria da Agricultura, em fins de 1972.

Os tratores encontram-se, atualmente, localizados no Parque Castelo Branco, considerados improdutivos aos serviços da Secretaria da Agricultura, mas poderão ser de utilidade para os Municípios aos quais se propõe a doação.

Com a efetivação da doação estará o Estado, através da Secretaria dos Negócios da Agricultura, também incentivando os setores ligados a essa Pasta, pois os Municípios poderão recuperar os tratores e utilizá-los em benefícios dos Municípios que se dedicam à agropecuária.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente

A Mesa tem a satisfação de registrar a presença em Plenário do Dr. Marino Pereira, ex-Deputado Estadual. Igualmente registra a presença do Sr. Carlos Lichte, do Gabinete do Prefeito José Richa.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. (Pausa).

Na ausência do Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido M. de Oliveira Neto. (Pausa). Não se encontrando presente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Piteli.

O SR. ROSÁRIO PITELI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença na Tribuna é para justificar Requerimento de nossa autoria, oriundo de um abaixo assinado que recebemos de lavradores e agricultores da região de Cornélio Procopio, a qual representamos.

Por incrível que parece no Estado do Paraná, vamos dizer assim, na região Norte pioneira, ainda existem demandas de terras que vêm causando sérios prejuízos a todos os lavradores e proprietários.

Recentemente na região de Cornélio Procopio e Santa Mariana, tivemos uma demanda de terras que vinha se arrastando por mais de 50 anos e que teve seu desfecho no fim do ano passado, dando ganho de causa total aos proprietários de boa fé que há mais de 50 anos eram possuidores da referida terra.

Recebemos agora outro abaixo-assinado de lavradores e proprietários, o qual passarei a ler para fazer algumas considerações: (Lê):

"Os signatários deste vêm mui respeitosamente pedir a valiosa intercessão de V. Exa., como Parlamentar influente que sempre tem demonstrado ser e na qualidade de pessoa amiga e de inteira confiança, para a solução da pendência da Gleba Calheiros, no bairro Tangará, no Município de Cornélio Procopio, uma vez que o Estado, por intermédio de seu representante, acertou com a parte, e naquela época ter havido um acordo conforme documento devidamente firmado com o representante do Governo na Prefeitura desta cidade, em que os signatários, na qualidade de proprietários, teriam que pagar a importância aproximada de 500 cruzeiros em parcelas iguais e sucessivas e estavam os mesmos que esta subscrevem aguardando a respectiva documentação para o devido cumprimento de acordo firmado".

Ocorre que em fins de 1969 o então Governador Paulo Pimentel, percebendo que os proprietários haviam perdido a demanda de terras, ordenou que se fizesse a desapropriação para que as terras ficassem a seus legítimos proprietários. O Governo do Estado estabeleceu na ocasião um preço de 476 cruzeiros o alqueire, que seriam ressarcido aos cofres estaduais num prazo de 10 anos, sem juros e sem correção monetária.

Ocorreu, entretanto, uma falha lastimável, eis que esta cobrança não foi providenciada e agora o atual Departamento de Terras e Cartografia ordenou que seja a cobrança feita aos Senhores proprietários lavradores da região de Cornélio Procopio, aumentado para mil cruzeiros e num prazo de três anos.

O problema não seria tão grave se não fosse o exemplo de que alguns proprietários em 69 perderam suas terras, naquela ocasião, por preço inferior a mil cruzeiros, se responsabilizando pela dívida ou pelo resultado da demanda.

Receberam, digamos, 700 cruzeiros por alqueires e se tiverem que levar agora ao Estado por mil cruzeiros, significa que além de perder suas terras terão que por dinheiro do bolso para compensar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando à Mesa, Requerimentos nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

Em 1969, uma demanda de terra abrangendo a região de Cornélio Procopio e Leopoldina, e que vinha se arrastando por mais de 50 anos, teve um fim inesperado abalando dezenas de famílias proprietárias de boa fé. Agricultores da Gleba Ribeirão Bonito — Bairro do Tangará — com escrituras definitivas devidamente registradas há várias dezenas de anos, acabaram perdendo os seus direitos, para um só cidadão, morador em outro Estado, e que nem mesmo sabia ao certo onde as mesmas se localizavam. A inesperada decisão causou, como não poderia ser diferente, um desespero generalizado, cuja repercussão ultrapassou os limites do Município. O problema poderia ter alcançado proporções imprevisíveis, se não fora as oportunas medidas tomadas pelo então governador Paulo Pimentel determinando a desapropriação imediata do "novo" proprietário em favor das famílias ali radicadas por quase cinquenta anos. Assim o então Departamento de Geografia, Terras e Colonização, procedeu a desapropriação amigável ao preço de Cr\$ 476,00 o alqueire paulista, ficando entendido também que as terras continuariam com os antigos, tradicionais e honrados proprietários, mediante o ressarcimento ao Departamento do preço real da desapropriação e que seria devido em 10 prestações iguais e anuais, sem juros e correção monetária.

Ocorre, entretanto, que por motivo que os próprios proprietários desconhecem, nenhuma medida foi tomada pelo Departamento para a efetivação daquele compromisso. Agora, conforme edital publicado no dia 19 de abril, os proprietários foram convocados para uma reunião dia 25 do mesmo mês,

ocasião que colheu de surpresa alguns lavradores que tiveram conhecimento do referido edital quando a Fundação de Terras e Cartografia esclareceu que pretende fixar um novo preço que deverá atingir Cr\$ 1.000,00, por alqueire e uma redução do prazo para 3 anos. Isto está causando uma séria preocupação por parte dos proprietários que não se sentem em condições de saldar compromisso diferente daquele que havia sido combinado. Outros ainda enfrentam problema mais sério, uma vez que venderam propriedades na época por preço inferior a Cr\$ 1.000,00 o alqueire e responsabilizando-se por toda a garantia. Terão agora inapelavelmente de devolver mais do que receberam, se se confirmarem o novo preço proposto.

Pelos motivos que aqui expomos e considerando que:

a) — Não houve em nenhuma época convocação para pagamento do que havia sido combinado;

b) — que o gleba objeto da desapropriação é considerada como a de menor valor comercial em toda a região pela composição e topografia de seu solo;

c) — que o preço da desapropriação naquela oportunidade foi considerado muito elevado, mas acabou sendo aceito tendo em vista a elasticidade do prazo que seria dado pelo Departamento;

d) — que o preço real e comercial da propriedade naquela região no ano da desapropriação era inferior a um mil cruzeiros o alqueire;

e) — que a maioria dos proprietários não têm o suporte necessário para fazer face ao pagamento agora desejado, uma vez que 90% da área é de exploração pastoril e de pequena rentabilidade.

Requer, após ouvido o Plenário, da Augusta Casa, que seja enviado ofício ao Senhor Diretor da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, solicitando seja concedido aos Senhores proprietários da Gleba Fazenda Ribeirão Bonito — Quinhão VII, as mesmas condições que foram estabelecidas anteriormente. E, para comprovação das condições juntamos:

1.º — um exemplar do jornal "A cidade de Cornélio Procopio" de 17 de agosto de 1969, onde foi noticiado o acordo.

2.º — Edital publicado no Jornal "A Voz do Povo", em 19 de abril de 1973.

3.º — Abaixo assinado que me foi enviado.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 1973.

(a) Rosário Pitelli.

Eram estas, Sr. Presidente, as considerações que queríamos fazer em torno do requerimento que temos o prazer de encaminhar à Mesa e para o qual pedimos a aprovação dos Srs. Deputados.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de registrar as presenças dos Srs. Prefeitos de Kaloré, Sr. José Fantacholi e de Vereador do mesmo Município.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Olavo Ferreira, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Atemorizado por ter cometido uma falta involuntária, acoçado, agrediu. Os germes da violência estiveram presentes ao ser".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, professores de Criminologia, de Direito Penal, de Medicina Legal, de Psicologia, de Sociologia, têm se reunido em debate em torno da Criminologia realizaram em 72, em Londrina um curso dessa matéria.

De São Paulo, a contribuição principal veio do Instituto Oscar Freire, vieram professores de Curitiba, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Acharnos por bem depois desses estudos, que se deveria realizar o 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia, que tem como caráter internacional os professores estrangeiros, da Argentina, da Alemanha do Canadá, da Itália, da Bélgica, da Espanha, dos Estados Unidos e Israel já confirmaram as suas presenças neste 1.º Congresso de Criminologia, que vai ser realizado na cidade de Londrina, de 21 a 27 de outubro de 1973.

Temas da maior importância serão discutidos, como a criminalidade nos países de rápido desenvolvimento, ritmologia; o menor anti-social e a cultura da violência; a psico-patologia da criminalidade e comunicação da criminalidade.

Sr. Presidente, pela importância deste 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia que tem um caráter internacional, que será realizado de 21 a 27 de outubro na cidade de Londrina, com a participação de grandes autoridades em assuntos internacionais, estamos nesta Tribuna para apresentar através de um Requerimento, um apelo ao Sr. Governador do Estado, apelo esse já feito pessoalmente, na manhã de hoje quando em audiência com S. Exa., para que através de decreto sejam dispensados da frequência os funcionários de formação profissional liberal médicos, advogados e odontólogos, para que tenham essa oportunidade de participar desse 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia.

Prometeu S. Exa. o Sr. Governador, que aprovado por esta Assembleia o Requerimento que apresentamos, imediatamente ele baixará um decreto, a fim de que os funcionários médicos odontólogos e advogados possam participar desse conclave, onde mais de mil participantes deverão estar reunidos, na cidade de Londrina, para esse grande Congresso, sobre esse tema palpitante que é a criminologia. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com satisfação esta Presidência registra a presença neste Plenário dos srs. Dr. João Aires de Melo Prefeito Municipal de Reserva, sr. Geraldo Cardoso, Prefeito Municipal de Bela Vista e do Prefeito de Pirai do Sul.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Odilon Reinhardt. (Pausa).

Não se achando presente o Deputado Odilon Reinhardt, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, um dos assuntos que vêm hoje influenciando bastante a opinião pública nacional, é sem dúvida nenhuma a construção da hidrelétrica de Itaipu, assunto sobre o qual vários Deputados já ocuparam esta Tribuna, se parabenizando com o Governo Federal a respeito dessa construção.

Nós, na tarde de ontem, tivemos oportunidade de encaminhar um Requerimento ao Sr. Presidente da República, através da Assembleia, ao Sr. Ministro de Minas e Energia a exemplo do que fez o ilustre Deputado Federal Túlio Vargas, quando na semana passada, na Câmara Federal pleiteou que o Paraná sediasse o escritório central dessa empresa, que deveria ser

constituída para administrar a construção de tão importante obra para o nosso País e nosso Estado.

O Estado do Paraná, lamentavelmente hoje, é o Estado que está ausente em todos os órgãos importantes deste País, como por exemplo: o caso da Eletrosul que tem sua sede no Rio Grande do Sul; o Inara que tem, igualmente, sua sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; o caso da Delegacia do Trabalho em que o Estado do Paraná está subordinado ao Estado de São Paulo, ao Tribunal Regional do Trabalho no Estado de São Paulo; o caso do Instituto Brasileiro do Café, sendo o Paraná o maior produtor de café no Brasil, não tem nenhum representante nesse Instituto e o Instituto encontra-se no Rio de Janeiro; o caso da Carteira Agrícola do Banco do Brasil para o Estado do Paraná e Sta. Catarina que é ocupada por um representante do Rio Grande do Sul.

Como verifica-se o Estado do Paraná tem sido preterido, em muitas oportunidades, pelo Governo Federal. Neste instante, a exemplo do que fez o Deputado Túlio Vargas na Câmara Federal, gostaríamos que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná se unisse às vozes da Bancada paranaense para que o Governo Federal instalasse em Curitiba ou em qualquer cidade do Estado o Escritório Administrativo da empresa encarregada da construção da Usina de Itaipu, e que para ocupar um cargo no grupo administrativo dessa empresa seja lembrado um nome de alguém aqui do Estado do Paraná. Sabemos que a Copel tem homens de gabarito para poder funcionar em uma equipe tão importante como é o caso daquela que irá dirigir as obras da construção da Usina hidrelétrica de Itaipu. Não poderá ser alegado que o Paraná não tem recursos, no que diz respeito a comunicações, pois sabemos que o local onde será construída a usina é servido por uma boa estrada asfaltada e além do mais o Paraná é um dos Estados mais avançados no sistema de telecomunicações.

Portanto, Sr. Presidente, creio que se justifica perfeitamente o pedido desta Casa juntamente com o do Deputado Túlio Vargas para que seja escolhido o Paraná como centro desta empresa para a construção da Usina de Itaipu. É nosso desejo que o Paraná não seja esquecido mais uma vez o que elemento humano possa daqui sair para a composição deste grupo.

Era só isto, Sr. Presidente, srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Fabiano Braga Cortes.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Tenho sido procurado constantemente por produtores de cal de Municípios vizinhos, Almirante Tamandaré e Colombo os quais há muito solicitaram a isenção de imposto para o cal. Já por vários meses, Sr. Presidente, srs. Deputados, tenho mantido contato com o Sr. Governador e com o Sr. Secretário da Fazenda, dr. Mauricio Schulmann a fim de debater o problema do imposto em questão, e hoje mesmo estive na Secretaria da Fazenda debatendo com o Sr. Secretário, a respeito do imposto local, do imposto do ICM, e dada a explanação do Sr. Secretário, dado o estudo por ele feito, dada a sua justificativa, notamos da impossibilidade da isenção de tal imposto.

Porisso ocupamos a Tribuna na tarde de hoje para fazer como já o fizemos pessoalmente ao Sr. Secretário, um apelo no sentido de que o sr. Secretário venha de isentar pelo menos o imposto atrasado, das referidas indústrias. Faço isto, Sr. Presidente e srs. Deputados, dadas as condições em que se encontram as indústrias de cal aqui no Paraná, todas elas já com imposto tributado por demais alto, motivo que provocará inclusive o fechamento de algumas indústrias se os mesmos produtores tiverem que vir a pagar esse imposto.

Assim faço desta Tribuna um apelo ao Sr. Secretário da Fazenda para que venha, pelo menos, isentá-los dos impostos em atraso. Isto eu procurei hoje pela manhã, debatendo com o Sr. Secretário, quando ele já tomou uma primeira providência ou seja, o do pagamento do imposto em atraso, que será feito parceladamente mas, dado o contato que tenho mantido com os produtores de cal — eles insistem em dizer que o cal que já foi vendido, o cal já comercializado não estava computado no valor do imposto devido, ou seja, o ICM.

Nessas condições, estão eles de acordo em pagar o devido imposto onde acarretará lógico aumento na venda do produto.

Era isto, Sr. Presidente e srs. Deputados que queríamos fazer na tarde de hoje desta Tribuna, um apelo ao sr. Secretário da Fazenda e ao Sr. Governador do Estado, para que vejam e atentem para a possibilidade da isenção do imposto em atraso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Deparamos, há dias atrás, com a notícia de que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado havia assinado um contrato para que fosse dada melhoria e aumento em telefones, em 104 cidades do Paraná. Lamentamos nós neste instante, que União da Vitória houvesse ficado fora desse contrato, porque há mais de 2 anos temos expediente assinado pelo ex-Presidente da TELEPAR, dr. Plínio Franco Ferreira da Costa, incluindo União da Vitória na melhoria, no aumento de telefones e também futuramente com a discagem direta.

Congratulamo-nos com os demais Municípios que tiveram a felicidade de serem afortunados com essa melhoria, e lamentamos que União da Vitória houvesse ficado de fora desse novo contrato.

Amanhã enviaremos Requerimento a esta Mesa, para que esta Mesa encaminhe ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Diretor da TELEPAR, informando por que União da Vitória não fora incluída nesse novo contrato.

Lamentamos sinceramente o ocorrido, não porque União da Vitória fique na divisa do vizinho Estado de Santa Catarina, que ficasse fora, União da Vitória também está incluída no mapa do Paraná.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Por designação dos srs. Deputados Erondy Silvério e Cândido Martins da Oliveira, esta Casa, em data de ontem, reverenciou o ilustre paranaense

falecido em data de anteontem, Vieira Neto em cujo enterro o Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná Dr. Elio Narezi, manifestou-se desta forma:

"Meu amigo e meu irmão Vieira Neto:

Aqui dizemos adeus! Aos idealistas, despreendidos e pertinazes, coerente e honestos, como você o foi, não transitam, simplesmente pela vida, mas nela deixam impressas as marcas dos exemplos e das virtudes como estradas a serem percorridas pelos pósteros.

Vieira Neto um idealista inteligente, precoce em suas vocações de humanismo, ainda estudante de direito, despontava em 1930 como Promotor Público em São José dos Pinhais para, dois anos, obter o grau de bacharel em Direito pela Faculdade Federal.

Filho de eminente professor universitário ingressava no magistério em 1934, lecionando na Escola que o formara, como regente, a cadeira de literatura.

Simultaneamente, o mestre ministrava aulas na Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná e no antigo Liceu Rio Branco ensinando História, Economia Política e Direito Constitucional e Civil.

Advogado, culto e brilhante, militava nos Auditórios do Estado e nos Tribunais Superiores do Brasil.

Político em 1.947, eleito para a Assembléia Constituinte do Estado, participava, ativamente da redação da Carta Constitucional, até 1948, quando teve o seu mandato cassado recebendo as homenagens da Casa, em sua residência pela unanimidade dos seus pares, que foram, representando o sentimento popular, hipotecar-lhe a solidariedade. Desde 1939, quando foi eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, até a presente data exercendo a Vice Presidência e por duas vezes a Presidência adquiriu a sede própria da Entidade, além de representá-la em Congressos jurídicos de âmbito nacional e internacional. Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, no período de 1941 a 1942, teve destacada atuação no seu comando dinamizando-o e democratizando-o. Não cessava, porém o espírito dinâmico e progressista do nosso irmão querido, na labuta diuturna em prol do aprimoramento cultural.

Concorrendo à Livre Docência e, depois à Cátedra de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná, os seus concursos, ainda hoje lembrados, evidenciaram a dimensão do grande jurista que era e que se afirmou entre examinadores que constituem expressões superlativas das nossas letras jurídicas como Orlando Gomes, Alvinio Lima, Darcy Bessone e Altino Portugal Soares Pereira.

Querido pelos alunos, pela sua capacidade de relacionamento e por seus profundos conhecimentos que transmitida com extrema facilidade, foi por diversas vezes, parainfo e patrono das turmas de bacharelados. Advogado ou lecionando ininterruptamente, jamais se desculpou da criação intelectual, que iniciou quando ainda era acadêmico de Direito e que atingiu um dos pontos culminantes na tese de concurso.

"O Risco e a Imprevisão", obra escrita em menos de um mês. O homem, na multiplicidade das suas facetas, tinha, porém um ponto imutável: a coerência decorrente da sua honestidade, na linha de conduta que se traçou, solidamente embasada e conscientemente seguida.

Advogado, intrépido e vibrante, profundo e eficiente, cultivava a lealdade, dentro e fora do pátio e com tal denodo se empenhava em favor das causas das teses e dos clientes que a admiração e o respeito que lhe eram devotados dispensam justificativas.

Dotado de admirável inteligência e de uma coragem fora do comum já mais se rendeu ante a popularidade e nunca capitulou diante do poder.

Líder nato, sabia conduzir com prudência, orientação e discutindo, com inteligência e sabedoria, pensando sempre no bem geral, e foi por isso que, por decênios, esteve na vanguarda da classe dos advogados paranaenses, os quais aprenderam a respeitá-lo e a querê-lo como a um amigo e defensor.

Como um poeta, vendo na vida a beleza do fenômeno, expandia calor humano e irradiava otimismo, sempre pronto a lutar por situações melhores em que o ser humano pudesse conquistar condições mais dignas da sua natureza.

Era um crente no fulgurante destino da humanidade, certo de que ela, pelos pensamentos e pelas ações, está em constante progresso, caminhando para metas de felicidade.

Como homem amava seus semelhantes, aos quais devotava o seu carinho sabendo respeitá-los em suas convicções e crenças, em suas ideologias e filosofias.

Tinha, como todo grande homem, as suas convicções, mas como democrata genuíno era capaz de sacrificar-se pelas alheias.

E aí residia a capacidade de Vieira Netto de tornar-se admirado como homem, mesmo pelos que não partilhavam das suas idéias.

Em sua conduta, reta e exemplar, no Conselho da Ordem dos Advogados ou na Cátedra Universitária onde jamais procurou fazer proselitismo dos seus ideais, dão bem a mostra do homem ético que era, sempre preocupado em atingir o ponto comum da união da classe e dos advogados.

Seus alunos sabem e nós sabemos também da injustiça do ato que o desligou do magistério, com graves prejuízos para a cultura jurídica paranaense.

Amargurado sabia ele, como Kipling, suportar a dor de ver mudadas em armadilhas as verdades ditas e de refazer as esfaçalhadas aspirações com aquele espírito de luta que sempre o caracterizou e que o animou na doença fatal.

"Muchos nacen, pocos viven" dizia Constancio Vi Gil.

Vieira Netto nasceu e viveu, aceleradamente, com entusiasmo, crendo na vida e nos homens e, por isso fez amigos diletos e leais, a quem sempre ajudou, orientando e conduzindo.

Vieira Netto nasceu e viveu, atingindo a realização total, como filho como esposo e como pai, afetivo e extremoso.

Portanto, como homenagem desta Casa, proponho ao Plenário a transcrição nos Anais desta Casa do pronunciamento feito ontem pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná, Dr. Elio Narezi, numa homenagem que se presta a um dos mais brilhantes parlamentares que esta Casa já teve. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência registra a presença dos srs. José Teixeira Filho e Geral Cartário Ribeiro, respectivamente, Prefeito Municipal de Terra Roxa e Vereador de Mandrituba, bem como a presença do Dr. Adnail Sprenger Passos da Câmara Municipal de Curitiba.

Com a palavra o primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. Deputado Antonio Lopes Jr.

O SR. ANTONIO LOPES JR. — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Dois registros rápidos me trazem à Tribuna neste instante e o faço no Grande Expediente apenas pela impossibilidade de ter falado no Pequeno Expediente.

Sugeriram-se a presença aqui neste instante, as palavras pronunciadas ainda há pouco pelo nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, a respeito da tributação do ICM sobre o cal.

Ouvi atentamente, as ponderações de S. Exa. e o trabalho desenvolvido e as informações que lhe prestara o Sr. Secretário da Fazenda sobre os óbices constitucionais, os impedimentos legais que a Fazenda tem de atender a justa reivindicação dos produtores de cal do Estado do Paraná. Mas, quero fazer aqui este registro e posteriormente, Sr. Deputado Braga Cortes, quem sabe iremos à Fazenda fazer estas ponderações ao Sr. Secretário. Porque todos os produtores de cal recorreram à Justiça, impetraram mandado de segurança que tiveram distribuição diferente. E tendo ganho de causa no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e subindo em grau de recurso ao Supremo Tribunal de Justiça, a distribuição diferente deu rumos diferentes e ganhos de causa diferentes.

De modo que, hoje, srs. Deputados, existem produtores de cal que pagam o ICM e os que não pagam inclusive, os trazados.

Daí, porque, sr. Presidente, srs. Deputados seguindo o princípio constitucional que todos são iguais perante a Lei poderá muito bem a Secretaria da Fazenda, usando deste direito constitucional, libertar todos os produtores de cal de nosso Estado.

O segundo registro, sr. Presidente, srs. Deputados, é deixar aqui uma reclamação contra a péssima organização dos Guias Telefônicos, editados pela Edimpar.

Qualquer criança, qualquer leigo, abrindo este livro muito mal feito, verá a prova do que estamos falando.

A conegar pelas Secretarias do Estado. Existem Secretarias que não constam da relação das Secretarias. Porque, a relação das Secretarias vem vindo e para, não se sabendo onde estão as que estão faltando.

Os nomes mal são colocados; as folhas são encadernadas umas de cabeça para baixo, outras certas. É uma verdadeira bagunça.

É preciso que a Telepar tome consciência disso e só autorize a publicação de guias perfeitos para que os srs. usuários não tenham mais dor de cabeça.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Vários oradores têm se sucedido nesta Tribuna, preocupados com alguns Municípios que não foram incluídos na Região Metropolitana.

Inicialmente, gostaria de parabenizar-me com estes srs. Deputados eis que nota-se que houve uma grande injustiça, no que tange aos Municípios que foram marginalizados ou esquecidos. Realmente, não foi muito bem elaborado o trabalho referente a Região Metropolitana de Curitiba. Inicialmente, ocupou esta tribuna, se não me falha a memória, o Deputado Borsari Neto que se mostrou preocupado com esse problema; em seguida foi aprovado, também por esta Assembléia um Requerimento de autoria do Deputado Jorge Senato, 1.º Secretário desta Casa, cujo parlamentar se parabenizava com o Senador Accioly Filho, que em pronunciamento que fizera em Brasília se propoz a elaborar uma Emenda ao Projeto que cria essa Região Metropolitana para que fossem incluídos esses Municípios.

Temos recebido vários apelos de Prefeitos e vereadores dos Municípios excluídos e prejudicados e neste momento passaremos a leitura de um ofício que recebemos da Câmara Municipal de Mandrituba, subscrita pelo eminente e nobre Vereador Geraldo Cartário Ribeiro, vasado nos seguintes termos:

(Lê) "Senhor Deputado. Sendo V. Exa. um dos amigos deste Município com o qual podemos contar, no Legislativo paranaense, para a defesa de nossas reivindicações, permitimo-nos solicitar-lhe a fineza de secundar, na Assembléia, a ação parlamentar que o Senador Accioly Filho ora desenvolve no Legislativo da União, no sentido de ser o Município de Mandrituba incluído na Região Metropolitana de Curitiba.

Não compreendemos o motivo da omissão que marginalizou esta comunidade, de tão importante decisão. Mandrituba situa-se a 18 quilômetros apenas, do centro da Capital do Estado e constitui-se por sua produção agrícola e indústrias madeireiras, num dos centros econômicos de maior expressão, da "faixa verde" que a circunda.

Se a condição essencial para a inclusão de um município na macro-região de influência de uma capital é a homogeneidade de suas condições geofísicas, de sua produção, do padrão de suas terras, da facilidade de suas relações de comércio com a sede regional Mandrituba preenche totalmente estes requisitos.

É uma injustiça, pois, sua exclusão da Região Metropolitana de Curitiba, de onde poderá receber os recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento e à ascensão socio-econômica de seus habitantes.

Na certeza pois, de suas melhores atenções, subscrevemo-nos reafirmando a V. Exa. nossas expressões de cordial estima e distinta consideração.

Assinado, Geraldo Cartário Ribeiro".

Assim, Sr. Presidente, vemos que aumenta a preocupação dos moradores daqueles Municípios que estavam marginalizados afastados desse benefício legal.

O sr. Borsari Neto — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Realmente tivemos ocasião de ocupar esta Tribuna logo que tivemos conhecimento da Mensagem encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, criando as regiões metropolitanas, entre as quais a de Curitiba, quando constavam algumas cidades que já eram consideradas pelo público como integrantes da área metropolitana de Curitiba e se encontravam excluídas daquele Projeto de Lei. Quero trazer meu apoio também a V. Exa. neste momento, pleiteando também as reivindicações para que seja incluído esse Município de Curitiba na Região Metropolitana de Curitiba. Entendo, sr. Presidente srs. Deputados que realmente o Ministério do Planejamento deveria ater-se ao estudo que foi feito pelo IPUC que resultou na assinatura de um Convênio, que foi referendado por esta Assembléia Legislativa, no qual foram incluídos todos esses Municípios na Região Metropolitana de Curitiba.

O SR. PAULO POLI — Agradeço a interferência de V. Exa. e já havia registrado, no início de minha oração, que V. Exa. foi o primeiro parlamentar a se preocupar com o assunto e achamos por um dever de justiça ado-

tar esta tese tão simpática e tão justa que com tanto brilhantismo tem sido defendida pelo Nobre Deputado.

Pretendo, oportunamente, apresentar um Requerimento a esta Casa que, uma vez aprovado, deverá ser dirigido ao Sr. Governador Parigot de Souza solicitando que tome providências relativamente a esta campanha que não é nossa mas de todos os paranaenses.

Tenho certeza que o Governador Parigot de Souza, sensível a todos os problemas paranaenses, com a responsabilidade que tem e com o prestígio que goza junto às autoridades federais irá, por certo, fazer seu pronunciamento.

Este o apelo que queria fazer a esta Casa para que quando tramitar por este Plenário o Requerimento que irei apresentar, receba o mesmo, o apoio de todos os colegas com assento neste Plenário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa. Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 274-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivatê, Distrito de Umuarama. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 114-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 118-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que cria no Bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 262-71, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 41-71, encaminhando anteprojeto de Lei, dispondo que a Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e **CONTRÁRIO** da C.F. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 23-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 18-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n. 5.978, de 1-8-69, na parte referente às séries de Classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 100-72, de autoria dos Deputados Armando Queiroz de Moraes, Francisco Borsari Netto e Luiz Roberto Soares, que institui a nova "Lei Orgânica dos Municípios", **PARECER E SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO ESPECIAL. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre o Projeto de Lei n. 100-72, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Armando Queiroz, solicitando que a votação seja processada por títulos. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o título 1.º do Substitutivo Geral da Comissão Especial, ressalvadas as Emendas em discussão. — Em votação. **APROVADO.**

Em discussão e votação o título 2.º. **APROVADO**

Em discussão e votação o título 3.º. **APROVADO.**

Em discussão e votação o título 4.º. **APROVADO.**

Em discussão e votação o título 5.º. **APROVADO.**

Em discussão e votação o título 6.º. **APROVADO.**

Em discussão a Emenda n. 1, com parecer contrário da Comissão Especial. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitada.**

Em discussão a Emenda n. 2.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, parece-me que o parecer é favorável parcialmente à Emenda.

Então pretendia perguntar à Presidência se votarmos pelo parecer da Comissão Especial parcialmente favorável à Emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE — Realmente, o parecer é favorável, mas com Sub-emendas. Vai ser colocada em votação a Emenda ressalvada a Sub-emenda.

Em discussão a Emenda. Em votação. — **Aprovada.**

Em discussão a Sub-emenda. Em votação. **Aprovada.**

Emenda n. 3. Em discussão. A Emenda tem parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 4, com parecer favorável. Em discussão. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 5, com parecer favorável. Em discussão. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 6, com parecer favorável e com Sub-emenda. Em votação a Emenda. — **Aprovada.** Em votação a Sub-emenda. — **Aprovada.**

Emenda n. 7, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 8, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 9, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 10, com parecer favorável. — Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 11, com parecer contrário. Em votação. — **Rejeitada.**

Emenda n. 12, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 13, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 14, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 15, com parecer favorável. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 16, com parecer contrário. Em votação. — **Rejeitada.**

Emenda n. 17, com parecer contrário. Em votação. — **Rejeitada.**

Emenda n. 18. Em discussão. Em votação. — **Rejeitada.**

Emenda n. 19. Em discussão. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 20. Em discussão. Em votação. — **Aprovada.**

Emenda n. 21. Em discussão. Em votação. — **Rejeitada.**

Emenda n. 22. Em discussão. Em votação. — **Aprovada.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 156-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Oeste do Paraná "FUOP", sede na cidade de Cascavel, lotes de propriedade do Estado situados naquela cidade e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 39-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 31-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 165-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio, na Vila Operária da Cidade de Maringá. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com **SUBSTITUTIVO GERAL.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N. 165-71

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na Vila Operária de Maringá, um Ginásio, com funcionamento no ano letivo de 1972

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1971

a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

O atual Ginásio João XXIII, localizado na aludida Vila Operária vem acumulando suas atividades com aquelas destinadas no Ensino Primário, locando um prédio de madeira.

Isto, como é perceptível, constitui-se em situação constrangedora e até comprometedor do rendimento de ação compatível com o interesse da população escolar. O novo Ginásio virá, então, corrigir este inconveniente, superando uma lacuna não desejada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 165-71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a criar, na Vila Operária, da Cidade de Maringá, um Ginásio Estadual, na forma e como especifica".

PARECER

1.) Verifica-se, claramente, pela justificativa que acompanha o Projeto, que a intenção do nobre autor, Dep. Wilson Brandão, é a de autorizar o Poder Executivo a construir um prédio para servir de instalações ao atual Ginásio João XXIII, localizado em Vila Operária, da cidade de Maringá.

Todavia, com se infere da leitura do artigo primeiro de sua Proposição, houve, quando de sua elaboração, um lapso, que procuraremos corrigi-lo com a apresentação do substitutivo anexo.

2.) Referida iniciativa não fere qualquer preceito de ordem constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa já abordada.

3.) Assim, pois na forma do substitutivo anexo, opinamos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971

aa) Muggiati Filho — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai — Cândido M. de Oliveira — Borsari Netto — Armando Queiroz e Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI N. 165-71

SÚMULA: "Autoriza o Poder Executivo a construir um prédio destinado ao Ginásio Estadual "João XXIII", em Vila Operária, de Maringá, na forma e como especifica".

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um prédio destinado ao Ginásio Estadual "João XXIII", em Vila Operária, da Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 165-71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio na Vila Operária da Cidade de Maringá.

PARECER

O caráter meramente autorizativo do presente projeto de lei não fere princípios de ordem financeira.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Santos Lima — Relator

Fuad Nacli — Arthur de Souza e Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 165-71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, em Maringá, um Ginásio

PARECER

1.) Pretende o autor do presente plano de lei, autorizar o Poder Executivo, a criar, na Vila Operária de Maringá, um Ginásio, para funcionamento a partir do ano letivo de 1972.

2.) Sendo a educação um ônus estatal, necessário ao seu desenvolvimento e progresso, somos pela aprovação do projeto de lei em tela

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 75-72, de autoria dos Deps Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo, construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando pelos Municípios que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C — Aprovado

PROJETO DE LEI N. 75-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o município de Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1972

aa) Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

A estrada a que se refere o presente plano de lei recebe um movimento diário de aproximadamente setecentos veículos. E, na época da safra chega a atingir até mais de mil veículos diários.

Todavia, apesar desse tráfego intenso, a transposição do Rio Piquiri é realizada através de uma balsa, o que ocasiona filas enormes, provocando o congestionamento de veículos, que ali ficam esperando por várias horas. Por vezes, leva mais tempo para atravessar o Rio Piquiri do que percorrer toda a estrada.

Face o exposto, estamos certos que poderemos contar com a colaboração dos nobres pares na aprovação da proposição que ora submetemos à apreciação desta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 75-72

AUTOR: Deps. Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand.

PARECER

O Projeto de Lei em exame, de autoria dos nobres Deputados Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt, está devidamente justificado e de conformidade com o que prescreve o artigo 123 e seus parágrafos do Regimento Interno da Casa.

É louvável a iniciativa dos autores do Projeto, tendo em vista os melhoramentos que se pretende implantar na via intermunicipal que liga Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand, com a construção de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri.

O objetivo do Projeto é oportuno e legítimo.

Não contraria qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Nestas condições, somos pela aprovação do Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1972

aa) Armando Queiroz — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Igo Lesso — Muggiati Filho — Cândido M. M. Oliveira — Ovídio Franzoni — Gabriel Manoel

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 75-72

AUTOR: Deps. Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto armado, sobre o Rio Piquiri.

PARECER

1) — O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

2) — Tratando-se, tão somente, de medida autorizativa, está implícito que depende da anuência do Poder Executivo.

3) — Na forma exposta, nada há que se lhe possa antepor.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1972

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antônio Belinati — Relator

Odilon Reinhardt — David Federmann — Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PARECER

1) — O presente projeto, de autoria dos nobres Deputados Marciano Baraniuk e Odilon Reinhardt, visa autorizar o Poder Executivo a construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Piquiri, na estrada que liga o Município de Umuarama a Cascavel, passando por Perobal, Alto Piquiri, Brasilândia e Assis Chateaubriand.

2) — Referida matéria já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

3) — A iniciativa dos autores da presente proposição é louável e legítima, tendo em vista os melhoramentos que se pretende com a construção da

referida ponte, dotando aqueles Municípios de melhores condições de transposição do Rio Piquiri, onde é realizado através de uma balsa, o que ocasiona enormes filas, provocando congestionamento de veículos, que ali ficam esperando por várias horas.

4) — Quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não há qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1973

aa) Borsari Neto — Presidente

Arthur de Souza — Relator

Lázaro Dumont e Antônio Belinati

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 209-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 64-72, encaminhando anteprojeto de Lei que visa instituir, a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES), com personalidade jurídica de direito público, sede e foro nesta Capital e finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., em REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 209-72

Curitiba, 16 de novembro de 1972

MENSAGEM

64-72

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado responsável pelo planejamento estadual, com sede e foro nesta Capital e com as finalidades que especifica.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n. 1371, desta data, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios do Governo, diz, com os necessários detalhes, da significação, oportunidade e do alto interesse da Administração da aprovação da medida legal proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa do Estado.

Certo de que o Plano de Lei ora proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica instituída a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundação IPARDES), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado responsável pelo planejamento estadual, com sede e foro na cidade de Curitiba, tendo como finalidade básica apoiar e auxiliar o Governo do Estado nas seguintes áreas de atividade:

- a) — realização de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;
- b) — execução de trabalhos de estudos e elaboração de projetos e de programas de apoio ao sistema estadual de planejamento;
- c) — apoio técnico nas áreas econômica e social à formulação de políticas estaduais de desenvolvimento;
- d) — acompanhamento da evolução da economia estadual;
- e) — treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para o planejamento e a pesquisa aplicada no campo de desenvolvimento econômico e social.

Art. 2.º — O Poder Executivo destinará à Fundação — IPARDES — contribuição no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), que constituirá seu patrimônio inicial.

§ 1.º — O patrimônio da Fundação será ainda constituído por doações e contribuições de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas de direito público ou privado.

§ 2.º — A forma de gestão do patrimônio da Fundação será definida através de disposição expressa em seu Estatuto.

Art. 3.º — Constituem receita da Fundação os dividendos correspondentes a até 30.000,00 (trinta milhões) de ações, e das bonificações delas decorrentes, de valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada subscritas e integralizadas pelo Estado do Paraná no capital social de sociedades de economia mista, na seguinte forma:

I — no exercício de 1973, os dividendos correspondentes a até 15.000.000 (quinze milhões de ações); e

II — no exercício de 1974 e seguintes, os dividendos correspondentes a até 30.000.000 (trinta milhões) de ações.

Parágrafo único — Mediante decreto do Chefe do Poder Executivo serão definidas e especificadas quais as ações cujos dividendos constituirão a receita de que trata este artigo.

Art. 4.º — Além dos recursos derivados de seu patrimônio, e dos dividendos a que se refere o artigo anterior, constituirão, ainda receita da Fundação:

I — crédito especial no montante de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro;

II — dotações orçamentárias fixadas, anualmente, no Orçamento Geral do Estado;

III — empréstimo, auxílios, contribuições e subvenções;

IV — doações e legados;

V — receitas resultantes da prestação de serviços e outras rendas que venha a Fundação auferir.

Art. 5.º — São órgãos da Fundação:

— Conselho de Administração

— Conselho Curador

— Diretoria Executiva

Art. 6.º — O Conselho de Administração, órgão de supervisão geral das atividades da Fundação, será constituído pelo titular da Secretaria de Estado à qual estiver a mesma vinculada, que o presidirá, pelo Presidente da Fundação como membros natos e por três outros membros nomeados pelo Governador do Estado entre profissionais de notórios conhecimentos na área do desenvolvimento econômico e social.

Parágrafo único — O mandato dos membros do Conselho de Administração

nomeados pelo Governador do Estado será de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos, por uma vez.

Art. 7.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de 3 (três) membros, nomeados pelo Governador do Estado devendo um de tais membros ser pessoa legalmente habilitada para o exercício de autoria financeira e contábil.

Parágrafo único — O mandato dos Curadores será de 3 (três) anos podendo ser reconduzidos, por uma vez.

Art. 8.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reconduzidos por uma vez.

§ 1.º — O Diretor Presidente deverá ser recolhido entre pessoas de notórios conhecimentos e experiência em atividades relacionadas com as da Fundação.

§ 2.º — O Diretor Presidente em suas faltas e impedimentos, será substituído pelo Secretário Geral.

§ 3.º — A remuneração mensal de Diretor Presidente e do Secretário Geral da Fundação será fixada anualmente pelo Governador do Estado.

Art. 9.º — A organização administrativa e funcional da Fundação será constituída na forma a ser determinada por seu Estatuto.

Art. 10 — O Estatuto da Fundação será aprovado e reformado por Decreto do Governador do Estado.

Art. 11 — O regime jurídico do pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

Parágrafo único — Servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo remuneração exclusivamente por uma das fontes, com todas as vantagens de Lei.

Art. 12 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estaduais e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 13 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14 — Em caso de extinção da Fundação seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 15 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 16 — A Fundação encaminhará semestralmente, ao Governador do Estado, relatório circunstanciado de suas atividades e anualmente apresentará o balanço do respectivo exercício.

Art. 17 — Para a execução do disposto no inciso I, do artigo 4.º desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no montante de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) mediante o cancelamento de igual importância em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo único — Para os fins previstos no "caput" do artigo 2.º, fica ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício de 1973 um crédito especial no valor de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) mediante o cancelamento de igual importância em dotações constantes do Orçamento Geral do Estado para aquele exercício.

Art. 18 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Secretaria de Estado dos Negócios de Governo

Exposição de Motivos n.º 1371-72

Curitiba, 16 de novembro de 1972.

Senhor Governador:

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência, a inclusa minuta de Anteprojeto de Lei que propõe a criação da Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES e dá outras providências.

A criação da entidade se constituirá, sem dúvida, num passo de importância fundamental no sentido de institucionalizar e implantar o Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa, preocupação constante de Vossa Excelência que encontra plena ressonância nas iniciativas do Governo Federal.

A principal atribuição do IPARDES, como mecanismo permanente de estudos econômicos e sociais do Sistema, será a de auxiliar o Governo do Estado na elaboração de seu planejamento e na formulação de suas diretrizes políticas. Trata-se, portanto, da criação de um instrumento voltado para a análise dos problemas do desenvolvimento paranaense e seu equacionamento.

De há muito, o Paraná se vem ressentindo de uma entidade de estudos e pesquisas que desempenhe aqui as funções que cabem ao IPEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social, na esfera federal, e a outros órgãos congêneres em diversos Estados.

Não se trata de pesquisa pura, pois esta deve caber às instituições universitárias, mas de pesquisa aplicada à realidade econômica e social do Estado, orientada pelo interesse maior da promoção do desenvolvimento, para a qual deverá auxiliar a encontrar caminhos e soluções.

Orientando seus trabalhos para o aprimoramento e o conhecimento mais amplo e profundo sobre a estrutura econômica do Paraná e sua evolução; reunindo analisando e divulgando os dados que retratam o comportamento conjuntural da economia paranaense; treinando e aperfeiçoando técnicos para as múltiplas tarefas do desenvolvimento; o IPARDES permitirá, a prazo curto, elevar a eficiência da ação governamental de fomento ao desenvolvimento.

Permitindo o surgimento e a sedimentação de equipes técnicas vivenciadas na análise da problemática estadual e colocando essas equipes em confronto com os esforços que se realizam a esse nível no Brasil, principalmente ao nível do Governo Federal, o IPARDES permitirá não apenas obter-se maior colaboração externa, como permitirá ao Paraná colaborar ainda mais nas grandes metas nacionais de desenvolvimento.

O modelo jurídico proposto, ou seja a criação de uma Fundação emprestará ao IPARDES a flexibilidade de que carecem entidades como essa; a vinculação estreita com o Sistema de Planejamento, Orçamento e Modernização administrativa permitirá a sintonia que é desejável entre os planos de trabalho da entidade a ser criada e as necessidades de respaldo técnico do Governo do Estado para o constante aperfeiçoamento de sua ação.

Esse Anteprojeto de Lei consubstancia e traduz um longo período de pesquisa e estudo para a definição das formas adequadas ao conteúdo que se deseja. Foram analisadas as mais significativas experiências brasileiras nesse campo, de modo a casá-las com as necessidades paranaenses.

Estas necessidades, por sua vez, foram definidas em função da vivência e experiência dos técnicos paranaenses que há anos se dedicam aos problemas do desenvolvimento enriquecida pelo que já se fez neste último ano em termos de planejamento estadual.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de alto apreço e distinta consideração.

a) IVO SIMAS MOREIRA

Secretário de Governo

Ao Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado.

N/Capital.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

O presente Projeto de Lei, originário de Mensagem Governamental, trata de matéria de real importância, capaz de revolucionar os métodos administrativos tradicionais.

Pretende-se instituir uma Fundação vinculada à Secretaria de Estado e com finalidade de "apoiar e auxiliar o Governo do Estado" em área devidamente especificada.

Observou-se no projeto as exigências legais para a instituição da Fundação. A importância do mesmo ficou evidenciada na própria exposição de motivos apresentada com o projeto.

Inexistindo regras legais ou constitucionais que se oponham ao mesmo, opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29.11.72.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Santos Lima — Relator

Maurício Fruet

Ovídio Franzoni

Muggiati Filho

Cândido M. de Oliveira

Emílio Carazzai

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 209-72

AUTOR: Poder Executivo

SUMULA: Cria a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

PARECER

1.) O presente projeto, de iniciativa governamental, objetiva centralizar em torno de uma Fundação, os trabalhos de pesquisa, estudos projetos e programas nas áreas econômico-social.

2.) Nada foi contestado quanto aos seus aspectos legais na Comissão de Constituição e Justiça.

3.) As possíveis interpretações técnico-jurídicas sobre problemas de delegação de poderes foram, igualmente, sanadas.

4.) Somos pela aprovação do projeto.

5.) É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.4.73.

aa) Quilse Crisóstomo da Silva — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

João Fadel

Alvaro Dias

Francisco Escorsin.

O SR. PAULO POLI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem, para registrar nos Anais da Casa, um voto de congratulações e aplauso aos srs. Deputados autores deste Projeto de Lei que acabamos de votar, a Lei Orgânica dos Municípios eis que há muito tempo o Paraná clamava por esse diploma legal e os parlamentares que citei, inclusive o Deputado Borsari Neto, que foi seu relator, trabalharam diuturnamente para apresentar esse trabalho.

Solicitei a palavra para que se registre nos Anais nossos parabéns a esses nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Deputado que fica registrado esse voto de congratulações ao qual se associa esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando a inserção em Ata de Editorial do jornal "Diário Popular" publicado em data de hoje, intitulado "Os Tecnocratas da Mentira". Em discussão.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O eminente Deputado Antonio Belinati através do presente requerimento, solicita seja inserido na ata dos trabalhos de hoje editorial do jornal "Diário Popular" publicado na edição desta data, intitulado "Tecnocratas da Mentira".

Inicialmente, sr. Presidente, srs. Deputados, causa-nos estranheza que pretenda o eminente Deputado Antonio Belinati inserir tal editorial na ata dos trabalhos desta Casa visto que é de praxe, em ocasiões como essa, o requerimento para que a inserção seja feita nos Anais da Assembléia. Em segundo lugar, sr. Presidente, srs. Deputados, lendo rapidamente o artigo objeto desse requerimento chegamos à conclusão de que embora o respeito que nos merece o seu eventual autor, como nos merece o "Diário Popular", e de resto toda imprensa de nosso Estado, e também do País, a Bancada do Governo nesta Casa não pode concordar que conste de seus Anais assertiva de teor constante desse requerimento uma vez que se constitui em ofensa aos homens que hoje comandam com dificuldades e sacrifícios a vida do Estado do Paraná.

Por este motivo, sr. Presidente, encaminhando a votação solicito aos eminentes Deputados aqui presentes que votem contra a inserção na Ata dos trabalhos de hoje, do artigo "Tecnocratas da Mentira", trazido a público nesta data pelo jornal "Diário Popular".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento do Sr. Deputado Antonio Belinati. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Diretor da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, no sentido de que seja concedida aos srs. Proprietários da "Gleba Fazenda Ribeirão Bonito — Quinhão VII" as mesmas condições já fixadas anteriormente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct constante do Expediente solicitando a transcrição nos Anais da Casa do pronunciamento feito pelo Dr. Elio Narezi, DD. Presidente da CAB—Pr., por ocasião do sepultamento do ilustre Mestre de Direito Prof.º José Rodrigues Vieira Netto publicado no Jornal "Gazeta do Povo". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 46-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 33-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Muggiati Filho constante do Expediente solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 61-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao Departamento Feminino da Sociedade Thalia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Delegado do IPASE em Curitiba e ao Sr. Superintendente do IPE, no sentido de que sejam efetuados estudos a fim de firmar Convênio entre os dois órgãos para atendimento de funcionários do interior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Governador do Estado, visando a isenção de frequência aos funcionários de formação liberal, médicos odontólogos e advogados, que participarem do 1.º Congresso Brasileiro de Criminologia a realizar-se em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do Editorial sob o título "Os Bancos do Paraná" publicado pelo jornal "O Estado do Paraná". — **Aprovado.**

(O Editorial a ser transcrito acha-se publicado na final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se digne determinar a reconstrução da ponte sobre o Rio da Varzea, ligando Lapa a Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente solicitando seja enviado expediente ao Conselho Nacional de Trânsito, "Contrans" sugerindo que o mesmo solicite as fábricas de veículos movidos a óleo cru, que coloquem a saída do cano de descarga do lado direito. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro das Minas e Energia, a fim de que seja instalado em Curitiba, escritório da Empresa que se constituirá para a construção da Usina de Itaipu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Antonio Belinati constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao sr. Ministro das Comunicações, no sentido de que se digne autorizar um Telex público na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, visando a abolição do sistema de lançamento por estimativa, ao mesmo tempo que envia aplausos antecipados àquela autoridade pela medida. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio a esta Casa da Mensagem concedendo aumento de vencimentos para o funcionalismo público estadual. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 37-73 com pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 211-72. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 9 quarta-feira à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 100-72, 156-72 e 39-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 165-71, 75-72, e 209-72.

1.a Discussão — dos Projeto de Lei n.ºs 94-71, 135-72, 16-73; 211-72 e 37-73.

Convocando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 9, quarta-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 523-67.

Levanta-se a Sessão.

Matéria cuja transcrição nos anais foi aprovada a Requerimento do sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, na sessão de 8 de maio de 1973.

"A nova política econômica adotada no país está ameaçando o nosso Estado com uma perspectiva sombria: o Paraná pode, a qualquer momento, se transformar em mero cliente do mundo financeiro. Colocando em prática um esquema que é resultado de longos estudos as autoridades monetárias tem estimulado as fusões e incorporações dos bancos comerciais. Essa filosofia governamental está conduzindo a uma rápida e fenomenal redução no número de nossos estabelecimentos bancários, visando consolidar o mercado financeiro nacional em novas bases. O panorama futuro, entretanto poderá provocar um perigoso enfraquecimento da posição do Paraná no cenário das finanças.

Como? A resposta é simples e objetiva: bastaria que os dois últimos grupos financeiros paranaenses, Bancial e Bamerindus viessem a cair sob controle acionário de grupos financeiros de outro Estado.

A ameaça é palpável, quase uma contingência das atuais circunstâncias e por isso mesmo, o momento do alerta é agora. Não há a necessidade de se invocar o exemplo de Santa Catarina onde hoje não mais existem bancos particulares locais, pois ainda está perfeitamente desenhado o precedente que tivemos no Rio Grande do Sul, onde não fosse a brava reação gaucha o antigo Sulbanco teria sido adquirido por um grupo paulista. Hoje aquele Estado, ostenta, para gaudío do seu povo um banco de expressão nacional resultado de uma fusão regional que uniu o Sulbanco, o Provincia e o Nacional do Comércio, para dar origem ao Banco Sul Brasileiro Sociedade Anônima.

Uma tentativa semelhante, e ainda mais recente, está ocorrendo na Bahia, onde, orientada pelo próprio governo do Estado a fusão do Banco Econômico e do Banco da Bahia, deverá garantir àquela unidade da Federação a presença, na esfera dos negócios nacionais de um banco com depósitos superiores a casa de 1.5 bilhão de cruzeiros.

A falta de elementos mais positivos nos proíbe de penetrar mais profundamente na análise das possibilidades das transações, já que, pelo seu vulto e pela sua importância, elas se processam dentro do mais absoluto sigilo, mas quando os rumores e acima deles as circunstâncias indicam e quase garantem novas fusões, das quais não se sabe até quando os grupos paranaenses poderão estar de fora, parece-nos um dever alertar que seria profundamente chocante para todos, a surpresa de uma notícia anunciando que este ou aquele banco paranaense acaba de ser absorvido por um grupo de qualquer outro Estado.

O problema, no Paraná é hoje evidente e está em razão disso, exigindo que os nossos atuais banqueiros atentem para a sua natureza, sem esquecer os elevados interesses da nossa potencialidade econômica e do arriscado jogo que ela enfrenta, tendo em vista que decisão precipitada poderá eliminar, de vez a esperança de vir o nosso Estado a manter ou até melhorar a sua posição no mercado bancário do país.

É desnecessário chamar a atenção para os prejuízos que acarretaria para a economia do nosso Estado a ausência de bancos com raízes paranaenses. É bastante que ante vejamos a força produtora do Paraná reforçando, a cada dia, o nível de depósitos de bancos de outros Estados... sem opção. É verdade que há bancos com sede em outras capitais e aos quais muito deve o nosso empresariado. Esse contudo, é um elemento que não pode justificar a supressão da nossa presença na competição do mercado financeiro.

Um Estado de destacada posição econômica no país e próximo a se converter na sua terceira força financeira não pode manter esse "statu" sem um banco de expressão nacional. E esse é um direito do qual o Paraná não pode abrir mão".